

Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se de maneira online, os membros da Câmara de Normas e Planejamentos de São José dos Pinhais: Ana Lúcia Rodrigues, Ângela Branco Guimarães, Clície Maria Cancelier Negoseki, Domingas de Fátima C. Amaral, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Madalena de Carvalho Hitner, Marinês Gabriela Christoff Jarek, Rodrigo Cristiano de Oliveira e como convidadas: Jéssica Adriane Pianezolla da Silva, Solange Rosa, Marilette Khunen e Rosiani da Silva Franchetto.

A Conselheira Ana Lucia inicia a reunião que foi convocada para apresentação do programa Direitos Humanos pela professoras Solange Jéssica. O Presidente Luiz Carlos pede para as professoras citas começar a apresentação e pede para que os conselheiros façam as anotações, dúvidas ou alguma interpelação no decorrer da apresentação seja feita no final da apresentação no final, só para a gente poder agilizar a apresentação. A professora Jéssica apresenta a proposta coloca que todos já tiveram acesso de forma escrita do Programa de Educação e Direitos Humanos , e diz que vai tentar ser breve sobre o documento que enviamos para apreciação de vocês,e pergunta como vai ser se os conselheiros tiverem duvidas, se fala sobre o documento e depois são feitas as perguntas, ou se vai fazendo a conversa parando, o Presidente Luiz Carlos diz pra ela falar sobre todo o documento e as anotações que tiver vão pontuando. As professoras Jéssica e a Solange fizeram a apresentação dos slides referente ao programa Educação de Direitos Humanos, e no final da apresentação agradecem a atenção e se colocam a disposição. Conselheira Ana Lucia pergunta as professoras Jéssica e Solange, que tipo de atividades que já são realizadas para as crianças e estudantes, em relação aos direitos humanos porque a Semed irá oficializar e precisamos também inserir no CIMEC por causa do VAR, mas nos últimos dois anos não recebemos porque não tínhamos esse trabalho, não oficializado, não tinha o parecer do Conselho, o oficial. A Professora Jéssica diz: “Foi feito um processo de revisão e também nas formações tentando explicitar a temática, no próprio componente de geografia fez essa indicação nas formações em especial, por exemplo, nos anos de 2022, 2023, um ciclo formativo chamado Religação de Saberes, trabalhamos, por exemplo, direito à migração, direito ao brincar, dentro desses componentes, em geografia eu essas temáticas, em história a gente abordou essas temáticas, em língua portuguesa, matemática. Num dos eixos desse ciclo formativo, trabalhamos a presença negra em São José dos Pinhais, para os públicos de terceiro ano. Tentamos visibilizar, tanto do documento quanto das formações. Na educação em tempo integral temos uma das unidades temáticas que se refere a direitos humanos, se a Conselheira Rosiani quiser comentar pois coordena o programa educação em tempo integral hoje no município. Tem essa previsão na Educação em Tempo Integral e fizemos também no segundo ano consecutivo formações para os profissionais que trabalham na Educação em Tempo Integral em relação à Educação e Direitos Humanos. Explicitando do que se trata, trazendo a relevância do contexto da educação de direitos humanos, formas de trabalhar a educação de direitos humanos no cotidiano. Ano passado foi em fevereiro essa formação, esse ano novamente tivemos a oportunidade de trazer essa perspectiva para os professores articuladores e nessa dimensão tem sido trabalhada na educação infantil também, a partir da compra de materiais apropriados, tivemos como exemplo no próprio material a aquisição do kit afrodeto, que foi um material bastante relevante para as

unidades, a formação em que as meninas desenvolveram, tanto em parceria com os grupos da universidade, com o grupo herear da Universidade Federal, que teve uma abrangência bastante grande do público de profissionais da educação dos professores. Isso repercute de forma direta nos encaminhamentos, nos planos de trabalho que os professores desenvolvem com seus estudantes. E também temos atuado em especial do Fundamental, creio que também isso acontece com o Infantil e o Especial, na dimensão dos eixos articuladores que já estão previstos no referencial municipal, temos buscado fortalecer essa dimensão dos eixos, até porque esses eixos articuladores são, para o município de São José, aquilo que os temas contemporâneos transversais para a base, para as diretrizes que mencionamos ali e eles são para nível nacional.” A professora Solange diz que tem visto nesse questionário que foi recebido em relação às políticas que o município desenvolve, nos questionamentos tem a formação continuada, em relação às temáticas sobre equidade, educação nas relações étnico-racial, principalmente a partir de ponto de fatio mesmo, eles querem saber o que é feito, a formação continuada, quanto tempo, carga horária, procuramos sistematizar as ações que já são desenvolvidas, mas precisamos de ações mais efetivas, pensando na formação de profissionais na formação dos professores e professoras da rede, que seja uma formação de fato continuada, se prolongue e as pessoas consigam se apropriar com densidade dos temas que já são complexos, que consigam se apropriar de uma forma mais tranquila e consiga realizar isso em sala de aula. Professora Jéssica coloca que é uma das intenções ter esse programa, para pleitear dentro do calendário de formações esse espaço, na última avaliação que tivemos a oportunidade de acompanhar com o Cassio, Coordenador do Fórum Municipal de Educação, havia uma das das perguntas desse monitoramento, se havia sido realizado formações de 30 horas, e com a agenda de formações da forma como ela está hoje organizada, não conseguimos garantir 30 horas de formação. Por isso a importância de ter um programa, um espaço que sistematize as ações e que possamos fazer um trabalho que tenha começo, meio e fim e não somente para atender a demanda porque ela surge num instrumento de fiscalização, mas para atender porque ela é uma necessidade, é um contexto maior para a identidade do município, da educação do município. A Conselheira Rosiani concorda coma professoras Jéssica e Solange e que conversou com elas sobre a revisão do referencial e que foi incluído um eixo, uma unidade temática só para educação e direitos humanos, antes bem ampla com um único objetivo, trabalhamos com três objetivos distintos, com formação também para as equipes, articuladores, como multiplicadores e os professores. Esse é o primeiro ano e estamos sentindo o termômetro como que está sendo lá na ponta, chegar realmente à implementação desses objetos de conhecimentos voltados para a educação e direitos humanos agora mais sistematizados. O Presidente Luiz Carlos questiona sobre esses atendimentos que fazemos através da Educação Especial, dentro dos centros especializados, essas famílias que atendemos no programa de vagas que são de impostoficiência, elas se encaixariam de alguma forma dentro desse atendimento da educação e direitos humanos, uma vez que estamos atendendo diretamente ao que a lei do trabalho assistencial da educação, a professora Jéssica coloca que as escolas que acolhem os estudantes, crianças da educação infantil, precisam ter espaços adequados que tenham condições de tempo, de alimentação adequada, entendam as rotinas das crianças. Na medida que se faz esse

acompanhamento, garante que a criança tenha a sua vaga em contexto que é apropriado para ela e está atendendo a essa perspectiva da educação e direitos humanos, pois ela precisa ser transversal, no currículo, nos processos operativos de administração, financeiro, ela precisa passar. Por isso que propomos que antes mesmo de haver uma comissão na unidade, com o público dos profissionais que estão espalhados pela rede, tenha também uma rede fortalecida dentro da própria secretaria. Quando falamos sobre documentação escolar, esses dados que são sensíveis às crianças, raça-cor, esses profissionais que trabalham nesse espaço da documentação escolar também podem ser uma ponte para fortalecer essa perspectiva do cuidado com o dado. O PIC precisaria, precisaria ter esse apoio, parceria entre os sujeitos que atuam na documentação escolar e os que estão pensando processos de educação e direitos humanos. A mesma forma o processo de compra, a gente vê que hoje a aquisição de materiais ela precisa ser respaldada num olhar como eu vou comprar um livro, ilustrar um contexto, que imagens ele traz em relação a populações negras, indígenas, é uma imagem de estereotipização, perdão, ou ela traz uma perspectiva de valorização. Então, esse profissional que orienta na unidade a compra do material, mesmo que seja na perspectiva financeira, ele também pode ter esse olhar e contribuir. Tivemos a questão dos cantinhos de leitura, as escolas adquiriram muitas plotagens, mas na visita vimos plotagens que trazem estereótipos muito evidentes. É importante que todos os setores tenham essa visão em relação à educação e direitos humanos, porque formamos uma rede de apoio, uma equipe técnica que é capaz de sinalizar como: vamos por um outro caminho, pensar diferente. Ana comenta diz para o Presidente Luiz Carlos que entra o direito fundamental, o de estar matriculado numa escola, e que entra aí no programa de aquisição de vagas, o respeito a essa criança de estar matriculada e estar frequentando a escola no seu direito da educação. A professora Jéssica coloca que a ideia do programa de Educação e Direitos Humanos é que garantam a vaga, esse espaço que agora ela está aqui, ela é público da nossa rede. Como garantir pedagogicamente, uma coisa está diretamente associada à outra e a Professora Solange completa que percebem que quando faz visitas nas unidades, detalhes às vezes, que uma formação, uma orientação, esse profissional pode dar conta, exemplo, o acolhimento da criança nas unidades de educação infantil ou fundamental, é fundamental. Mas se a professora não tem, por exemplo, as crianças que são migrantes, tem uma grande dificuldade de acessar essa criança de entendimento de língua, a língua que ela fala não é a língua materna dela, como é que a gente vai fazer essa criança se sentir confortável, acolhida nas nossas unidades educacionais, de uma forma que ela consiga ser entendida quando ela quiser ir ao banheiro, ela quiser um livro. Precisamos de uma orientação, uma normatização de como será feito esse acolhimento para essas crianças. Estamos com público-alvo na educação especial muito grande, temos percebido isso na nossa rede enquanto pós-pandemia. Lembro que eu fui visitar uma unidade que a criança já estava em idade obrigatória e a família tinha uma criança que já estava aqui, a família tinha uma criança típica e uma criança autista. A criança típica estava frequentando a unidade, mas não estava em idade obrigatória. Como fazer esse acolhimento com essa família, imagino que eles conheceram a criança autista, mas como fazer essa abordagem, essa criança está aqui, mas essa aparentemente, olhando, tá em idade escolar, por que ela não está aqui,. Quando fazemos visitas, percebe-se que o acolhimento é

tudo, só que tivermos uma formação, não tiver maneiras de fazer esse acolhimento, essa abordagem, estamos falando em relação aos outros divisões, aos outros lucros lá o secretário, que é a primeira pessoa que faz a acolhida da família. Como é que ele faz esse atendimento, como é que a gente pensando em fortalecer as estruturas da própria Secretaria da Educação, para fazer esse acolhimento, todo o trabalho que está lá na ponta, é uma necessidade urgente, na verdade, o município ter essa legislação voltada ao programa dos direitos humanos. O Presidente Luiz Carlos coloca que sentiu falta de algumas deliberações, quando vocês citam nas páginas 13 e 14, das legislações que o próprio Conselho Municipal de Educação fez o documento para atender os imigrantes. A questão do programa de aquisição de vagas, da merenda, da educação especial, do NUDCAI foi falado mas não vi isso no documento ali mas é porque isso tudo já é um conjunto, já está elaborado e sendo prontamente colocado em ação, se trazer isso para dentro do documento, vai de fato oficializar, como a Conselheira Ana Lúcia colocou, são diversas situações que a Secretaria já faz, mas não tem hoje um documento, e acho interessante ter. A professora Jéssica pergunta se é possível fazer acréscimos ou o documento é fechado, é necessário porque aí consegue fazer se vocês forem orientando. A Conselheira Ana Lucia concorda que deve colocar o programa de aquisição de vagas e acha que ele não está e apesar de ser obrigatório é um direito, porque entra também a educação em tempo integral, mas precisa ser citada no documento. O Presidente Luiz Carlos falou que a educação especial não tem uma citação, porque elas citaram várias leis, elas começam ali na página 13 assim, no município de São José dos Pinhais atualmente não há direitos humanos, no entanto, há um conjunto de legislações políticas vinculadas a órgão, poder executivo e legislativo, que sinalizam temáticas relativas aos direitos humanos. Seria interessante, talvez, inserir essas situações que foram contadas na apresentação, mas não constam no documento. A Conselheira Marilete diz que queria pontuar que a diretora Cristiane, ela está tentando agendar um horário que dê na minha agenda e na dela e das meninas, para pontuar algumas coisas com relação ao trabalho que elas vão fazer junto com o trabalho do NUDCAI, mas, infelizmente, não tivemos esse tempo hábil ainda, acredito que vai acrescentar mais alguma coisa, concordo com o Presidente Luiz Carlos, tem que ter já esse trabalho, porque já fazemos algumas ações com relação ao bullying, a outras temáticas, mas claro que cada um na sua função. As meninas com uma ideia muito mais pedagógica e a gente muito mais com uma ideia orientativa. Conselheira Clicie pede para pontuar duas situações. A primeira, esse documento foi construído, sim, em conjunto com o Departamento de Inclusão e Educação Especial, citar o Departamento ali, ou as leis da inclusão, seria interessante colocar LBI, ela é o que envasa todo o nosso trabalho, por isso acho que não tem mais o que acrescentar. Segundo o os centros municipais de atendimento educacional especializado não trabalham com conteúdo, precisamos entender de que forma essa questão possa entrar, uma vez que participar do AE já é a garantia de um direito só precisa pensar de que forma colocar isso dentro do documento para aparecer para outras pessoas que precisam ter lá dentro um documento ou algo direcionado especificamente para isso, a Conselheira Ana Lucia disse que é mais no direito do atendimento, não de ter que trabalhar lá. A Conselheira Clicie coloca que é pensar a forma como escrever, não de nós aqui, mas de pessoas que gostam de ler esse documento. Não, acho que está certo Presidente Luiz Carlos pergunta mas uma

forma de histórico, porque você não quer dizer que ela tá inserindo nada aqui, ela só está dizendo que nós fazemos, porém não tem um plano, já que é feito e vai ser aprovado o plano, ela vai ter só colocar ali que tá sendo feito, inserido no plano, o próprio Conselho Tutelar que é um braço que tem aqui, que sempre vem trabalhando. A Conselheira Ana Lucia coloca que não entra aqui, temos o NUDCAI, nós estamos falando da educação em si, precisamos que esse programa seja aprovado para ser colocado lá no CIMEC, para fazer uma deliberação, é demorada, porque vai demandar uma discussão bem grande, vou precisar da participação de todos,. A princípio, vamos dar um parecer favorável a esse programa para ser inserido, e o parecer, nos mesmos moldes como fizemos no NUDCAI, fazendo o parecer, pontuando essa questão dos direitos, a importância dos direitos, que nossas crianças e estudantes precisam, envolver o sistema municipal de ensino, já colocando que nós temos que fazer a nossa deliberação referente ao programa de direitos humanos, porque nós temos alguns municípios, principalmente os de que tem sistema, alguns tem, em Curitiba ele acabou derrubando, eu já procurei, eles acabaram derrubando lá a deliberação que eles tinham de direitos humanos, eu não sei o que aconteceu, eu vou entrar em contato, eu tentei mas eu não consegui falar com o pessoal de Curitiba para saber o que aconteceu porque foi um dos primeiros municípios a terem a sua deliberação de conselho referente aos direitos humanos, tem Londrina, não encontrei de Araucária, até porque os municípios estão com as suas páginas da prefeitura fechadas, devido ao período eleitoral, então a gente vai direto no Conselho Municipal de Educação para perguntar. Alguns a gente consegue, jogando, mas é mais complicado, como ela demanda uma discussão muito grande não vai ser um documento tão longo, mas que necessita um debate na hora de colocar esse documento que vai envolver todos os setores da secretaria. Então coloca a deliberação colocando para ser favorável do programa, que é isso que o Ministério da Educação quer, o que que São José dos Pinhais está fazendo em relação aos direitos humanos, questões étnico-raciais, tem um programa que tem um parecer já favorável do Conselho Municipal de Educação, ponto, para eles é isso, porque eles vão ser incluídos junto a esse parecer do Conselho Municipal de Educação, e eles acreditam que quando vem o parecer do Conselho Municipal de Educação é porque já está sendo trabalhado, já tem esse programa, nossos estudantes estão sendo envolvidos até porque o próprio Ministério da Educação tem seus grupos de trabalhos, e tem grupos de trabalhos que falam das questões étnico-raciais, dos quilombolas, ele está bem dividido mesmo, e a Zara, secretária da CECADI está exigindo realmente que seja, que esse trabalho venha a ser fortalecido em todos os municípios do Brasil, inclusive nas representações dos conselhos, por exemplo, no grupo de étnico-raciais apareçam mais conselheiros negros, principalmente dos quilombolas, ela não está aceitando, e disse, como é que vocês, secretários, me encaminham. Nós estamos falando de quilombolas, vocês mandam uma representação para discutir, debater, pessoas que são loiras de olhos azuis e aí não tem a vivência do quilombola, a gente quer e, principalmente, nos estados em que tem um número maior aí de quilombolas. Eu estava nesse grupo quando eu iniciei mas daí tive que sair para ser colocada uma outra pessoa, em que estado dela fazer um trabalho e receber, tem muito mais quilombolas do que o Paraná, o Paraná não tem tanto assim, mas sabemos que na região Nordeste é muito forte, então, tivemos que abrir mão para entrar outros colegas A Conselheira Cliciedisse que também recorreu uma dúvida, se a educação

infantil particular faz parte do nosso sistema, elas também trabalhariam em sistema? A Conselheira Ana Lucia responde que sim, obrigatório, tá? Ele agora é obrigatório em todo o território brasileiro e a Conselheira Clicie pergunta de que forma poderia verificar se realmente na educação infantil particular está abordando esse tema nas propostas curriculares delas? A Conselheira Ana Lucia diz que vamos começar com o nosso, para depois acrescentar no delas. Precisamos primeiro iniciar o nosso caminho aqui, e de que forma nós vamos fazer isso com as particulares. O Presidente Luiz Carlos pergunta se o próprio PPP, quando vem para a analisarmos, é possível fazer isso? Conselheira Ana Lucia diz que ele vai ter que entrar dentro do do nosso referencial, e vão ter que colocar no currículo, é obrigatório, já temos escolas particulares que fazem um trabalho bem interessante. A professora Jéssica comenta que algumas estruturas vai construir na medida que o programa existir e forem dialogando com os setores que são mais próximos a essas temáticas, como o próprio setor de compra de vagas, precisamos afinar conversa e entender como é que ocorre a construção dos projetos políticos pedagógicos dessas unidades, orientar na medida que tiver o espaço para isso. A ideia não é se sobressair a encaminhamento de ninguém, mas estar em parceria e ajudar a visibilizar essa temática que é tão relevante e necessária para o município. Imagino que algumas questões que hoje a gente ainda tenha dúvidas, aqui agora, tendo a possibilidade de estudar sobre isso e efetivar os nossos encaminhamentos, consigamos dar uma resposta um pouco mais efetiva em relação à dúvida. Conselheira Ana Lucia diz: “A minha proposta, quero perguntar para os conselheiros, os titulares, os representantes da Câmara, fazemos o parecer, mas preciso saber se é favorável ou não, para chamar uma extraordinária e apresentar, porque aí fazer o encaminhamento desse documento para que seja colocado no CIMEC, e a deliberação ser construída no decorrer, não deixar passar e já fazer a nossa deliberação, porque ela entra um estudo um pouco mais aprofundado, não corrido, mas tendo parecer do programa favorável ou não favorável em relação ao trabalho que já está sendo realizado dentro da Secretaria Municipal de Educação, e por isso veio essa proposta, isso já pode ser encaminhado para o CIMEC depois construirmos a nossa deliberação. O Presidente Luiz Carlos pergunta aos conselheiros se são favoráveis ou não e se te abstenção, todos votam a favor, sem negativas ou abstenções. Foi decidido pelo Pleno parecer favorável com ressalvas a serem feitas na deliberação. Conselheira Ana Lucia coloca que apresentou a proposta e vai colocar já para uma reunião extraordinária, provavelmente no dia 27 de agosto, por ser mais do que urgente e comunica que terá o Encontro Nacional da UNCME do dia 20 a 23/08/2024 e que os conselheiros Carolline, Delma, Madalena e Rodrigoirão também que será este ano em Itapetininga, São Paulo. No dia 27 de agosto já podemos nos organizar e vai colocar no grupo, para que possamos ter esse documento, que tem que ser imediato e que durante esse período em que a mesma estiver fora ela levo computador e já deve elaborar esse parecer, e fazer o encaminhamento para quem quiser fazer ou pontuar alguma inclusão referente ao programa, ele é mais simples, mais sucinto, ao parecer e a partir dele faremos a nossa deliberação e contando com a participação de todos, Olhando alguns municípios, tem até Fórum Municipal de Educação de Direitos Humanos, quem não caminhamos para isso também, nosso município tem condições de fazer isso, é um município grande, e aí com o trabalho vocês comecem a pensar porque o Fórum, ele sai do

Conselho Municipal de Educação e depois caminha sozinho, se o Conselho Municipal de Educação aprovar podemos ter essa proposta de trabalho, já iniciando também ainda esse ano, ainda temos setembro, outubro, novembro e dezembro, e diz que o documento será encaminhado para alguma inserção, mas diz que ele é mais simples, é mais colocando aí o parecer favorável. O Presidente finaliza a reunião.

Eu, Maria Madalena de Carvalho Hitner, lavrei a presente ata e será assinada pelo Presidente Luiz Carlos Costa da Silva